

**RESENHA DO LIVRO *O ENSINO DE LITERATURA AFRICANA: TEXTOS, SUJEITOS E PRÁTICAS* (2018),
DE DERNIVAL VENÂNCIO RAMOS JÚNIOR E MÁRCIO DE ARAÚJO MELO**

<https://doi.org/10.20873/uft2179-3948.2020v11n3p416-421>

Yessy Villavicencio Simón¹
Ivan Gabriel Grajales Melian²

Aborda-se aqui o livro *O ensino de literatura africana: textos, sujeitos e práticas*, (Tocantins: EDUFT, 2018, 178 páginas) organizado por Dernival Venâncio Ramos Júnior e Márcio de Araújo Melo, publicado pela Editora da Universidade Federal do Tocantins. Essa obra expõe algumas das principais questões do ensino da literatura africana nas línguas portuguesa e afro-brasileira enfrentadas por pesquisadores e professores no contexto deste país, em particular, na universidade citada. As línguas afro-brasileiras constituem uma das cinco categorias linguísticas incluídas na Política de Diversidade Linguística do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN, 2014); e são faladas nos quase mil quilombos oficialmente reconhecidos no Brasil (PAIVA, 2009; DE OLIVEIRA, 2009).

O prefácio do Prof. Dr. Maged Elgebaly, da Universidade de Assuao, Egito, apresenta a finalidade, o conteúdo e o escopo dos artigos incluídos, e também inclui uma apresentação dos organizadores, explicando qual foi a trajetória do livro. Comenta, em seguida, os seis artigos que oferecem reflexões sobre o ensino da literatura africana no Brasil após a aprovação das leis Nºs 10.639/03 e 11.645/2008, que estabelecem a obrigatoriedade do ensino das histórias e da literatura africana nas instituições educacionais brasileiras.

Desde o período da colonização, a situação vivenciada pelos negros e seus descendentes foi de escravidão, subserviência, desvalorização da etnia negra e silenciamento; o direito à voz, à arte, ao conhecimento sistematizado estava associado à cor da pele e às condições socioeconômicas. Nesse sentido, Costa e De Melo afirmam no primeiro artigo, *A inserção das literaturas afro-brasileira e africanas nos livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Médio*:

¹ Doutoranda em Letras: Ensino de Língua e Literatura/UFT. Mestre em Ensino do Espanhol como Língua Estrangeira (ELE). Graduação em Letras. Professora Auxiliar no Centro de Idiomas, Faculdade de Línguas Estrangeiras, Universidade de Oriente, Cuba. E-mail: villavicencioys69@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0001-9006-7775>

² Doutor em Ciências Literárias. Graduação em Letras. Professor Auxiliar no Departamento de Letras, Faculdade de Humanidades, Universidade de Oriente, Cuba. E-mail: piggyman1977@gmail.com. <https://orcid.org/0000-0002-4163-112X>

[...] ainda no século XXI, são frequentes as situações de discriminação, preconceito e exclusão as quais estão submetidos e que a existência de leis não garante a sua execução, principalmente e quando se tratam de mudanças de atitudes e desconstrução de mitos e estereótipos cultivados socialmente por tantos séculos como é o caso do preconceito racial, situação em que há a necessidade de um investimento no âmbito de formação intelectual e cultural. (2018, p. 36)

O crescimento de uma cena cultural significativa das artes representativas da cultura e história africanas e afrodescendentes teve a sua ampliação no interior dos movimentos negros, nas ações afirmativas e em sua implementação como as Leis N^{os} 10.639/03 e 11.645/2008, na educação superior e nos materiais didáticos do Ensino Médio, tornando-se obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileiras e africana na educação básica em escolas públicas e particulares. “A elaboração e aprovação da Lei n. 10.639/03, fruto das lutas do movimento negro brasileiro, partiu da concepção de que através da educação se pode [...] desconstruir discursos e práticas que foram consolidadas historicamente” (COSTA e DE MELO, p. 36-37). Deste modo, a educação básica foi pensada como um dos espaços para disseminar a história dos negros brasileiros e seus descendentes, marcada pela anulação de suas particularidades, história e cultura, bem como pela imposição dos costumes e valores de uma sociedade europeia, embranquecendo-os e desrespeitando tudo o que lhes era próprio.

Consequentemente, Costa e De Melo defendem que é preciso uma prática pedagógica que trabalhe a formação humana pautada no respeito à diversidade e ofereça um currículo no qual essa temática esteja presente como um eixo central. Nesse sentido, requer-se para o professor de Língua Portuguesa um conhecimento básico sobre a literatura afro-brasileira e a literatura africana produzidas em língua portuguesa, o que representa um grande desafio, pois muitos deles, com maior tempo decorrido de formação, não tiveram no currículo da graduação disciplinas voltadas para as literaturas afro-brasileira ou africana.

De acordo com os autores, o livro didático pode ser utilizado como motivador da prática reflexiva sobre as relações sociais e suas consequências para a humanidade. Portanto, sendo um dos instrumentos mais utilizados nas escolas, precisa estar em consonância com essa educação que se quer libertadora de mitos e preconceitos. Entretanto, avaliam os autores, a maioria dos livros didáticos de língua portuguesa para o Ensino Médio ainda traz pouca informação sobre a literatura afro-brasileira e seus escritores ou poetas, assim como restrito é o espaço reservado a essas literaturas nos livros didáticos: “ainda há uma tendência em utilizá-las para direcionar atividades de conhecimentos linguísticos, não se voltando para a exploração da literariedade do texto em questão” (COSTA e DE MELO, 2018, p. 37).

Os autores concordam com a *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC, 2018), quando esta orienta que a prática da leitura literária no Ensino Médio deve resgatar de um modo mais sistematizado obras da literatura africana, afro-brasileira, indígena e da literatura contemporânea, na sua condição de patrimônio para fruição e conhecimento. Além disso, trata-se de um meio de possibilitar a apreensão do imaginário e das formas de sensibilidade de uma determinada época, de suas formas poéticas e das formas de organização social e cultural do Brasil, sendo ainda hoje capazes de tocar os leitores nas emoções e nos valores.

No segundo artigo, intitulado *O ensino das literaturas africanas e afro-brasileira na matriz curricular do curso de Letras*, Lianja Soares Aquino afirma que muitas escolas e universidades encontram dificuldade e demonstram resistência em incluir essa literatura nas leituras previstas no currículo. Em outras palavras, a literatura africana e a afro-brasileira não têm entrado no repertório de leituras no processo de formação de professores ou de suas experiências leitoras anteriores à universidade, porque antes de ingressar no ensino superior, tinham pouco contato com as mesmas. Por conseguinte, acredita ser necessário que algumas universidades reformulem as suas matrizes curriculares e criem cursos com a finalidade de colaborar para uma formação docente crítica sobre a temática afrodescendente e aumentar o repertório de leituras entre os profissionais da área de educação nas aulas de Ensino Fundamental e Médio.

Soares Aquino argumenta que as disciplinas de literatura brasileira podem contribuir de forma significativa para o fortalecimento do ensino de história e cultura afrodescendente, se abraçadas essas perspectivas. A autora informa que a ênfase do trabalho pedagógico nas disciplinas do curso de Letras que contemplam a literatura africana e afro-brasileira, recai sobre a literaturas africana em detrimento da literatura afro-brasileira. “No entanto, é preciso refletir sobre os objetivos gerais das ementas e das bibliografias básicas para que se faça um cruzamento desses aspectos com os princípios das orientações curriculares nacionais, incluindo o negro no contexto sócio-histórico e cultural do Brasil” (AQUINO, 2018, p. 68).

No artigo *Histórias de vidas e formação de professores de literatura africana do Campus de Araguaína da UFT*, Naiana Siqueira Galvão e Dernival Venâncio Ramos Junior apresentam as narrativas dos entrevistados quanto à sua identidade e atuação como docentes da literatura africana. Assim, os autores, com base nas histórias de vida, consideram que os entrevistados “assumem suas identidades pelo repertório de experiências impregnadas antes em ambientes e contextos de formação acadêmica e social vinculados historicamente a cada narrativa” (GALVÃO E RAMOS JR, p. 91).

O texto *África imaginada pelos discentes da disciplina de Literatura Africana em língua portuguesa*, por Hélio Márcio Nunes Lacerda, “parte das imagens linguísticas mobilizadas pelos professores em formação inicial para problematizar qual seria o lugar da África no discurso de professores em formação inicial” (p. 99). Os dados apresentados permitem conhecer o imaginário sobre África e Europa dos sujeitos da pesquisa, a partir da perspectiva da Análise do Discurso de Pêcheux, “para quem discurso é efeito de sentidos entre interlocutores” (ORLANDI, 2003, citado por LACERDA, 2018, p. 99).

O artigo intitulado *Momentos formadores na narrativa autobiográfica de um professor das Literaturas Africanas*, de autoria Weigma Michely da Silva, apresenta a narrativa das experiências do Prof. Dr. Manoel de Souza e Silva, nome de referência sobre as literaturas produzidas em países africanos, para o debate e institucionalização da disciplina nos cursos de Letras na década de 1990 em várias universidades brasileiras. A autora afirma que por meio desse embate acadêmico, fomentado em grande parte pelos movimentos de libertação em Angola e Moçambique, a literatura trará exaustivamente os fatos ocorridos na história das colônias portuguesas, na tentativa de denunciar, romper laços com a ideologia dominante e construir o registro de elementos legítimos a identidade desses povos africanos. No dizer de Da Silva:

Entender a importância da disciplina literaturas africanas no Brasil é reconstituir um pouco da história e lembrar a memória dos antepassados que colaboraram ativamente com a construção do país, tornando possível conhecer um pouco as diferenças entre o discurso do colonizador português e um discurso que representa a grande maioria da sociedade brasileira: os negros e sua identidade cultural abordadas nas salas de aulas de Literatura Brasileira e Portuguesa. (2018, p. 116)

A obra termina com um estudo de Ruberval Rodrigues de Sousa e Karylleila Dos Santos Andrade: *A lei 10.639/2003 e a literatura afro-brasileira*. Os autores argumentam:

As contribuições da Lei no. 10.639/2003 para a educação básica brasileira [...] pode influenciar a produção de uma literatura afro-brasileira que ofereça resistência aos relatos que pregam o branqueamento eurocêntrico de muitos cânones da literatura e cultura brasileiras, e assim diminuir o abismo que separa brancos e negros mesmo em um país como o Brasil. (DE SOUSA e ANDRADE, 2018, p. 148)

Eles reafirmam que a documentação das lutas pela causa afrodescendente não despertou o interesse dos cânones da literatura, tampouco da historiografia brasileira, que registram o afrodescendente de forma estereotipada e são prioritariamente brancas, o que evidencia a necessidade de uma literatura negra como uma forma de dar voz à participação negra na construção da história do Brasil. Um dos elementos de base da composição do Brasil em suas origens é a miscigenação, entretanto “os holofotes da história nem sempre evidenciaram as contribuições dos negros para a construção dos aspectos culturais, econômicos e sociais deste país” (DE SOUSA e ANDRADE, 2018, p. 149).

Em nossa opinião, o potencial do trabalho revisado reside na atualização de algumas das questões fundamentais e de interesse crescente no campo do ensino de literaturas africanas em língua portuguesa e afro-brasileira. Os trabalhos incluídos nesta seleção mostram o caráter analítico e sintético da obra e fornecem uma base conceitual altamente relevante referente às diversas perspectivas de pesquisa por autores da Universidade Federal do Tocantins, cujo perfil profissional é apresentado nas páginas finais do livro.

Cada texto proporciona uma extensa lista de referências bibliográficas sobre o assunto abordado, permitindo ao público leitor ampliar seus conhecimentos e aprofundar sua compreensão dos aspectos teóricos e metodológicos relacionados às literaturas africanas em língua portuguesa. Desta forma, *O ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas*, constitui importante acesso ao conhecimento teórico e prático e à reflexão crítica para promover futuras pesquisas diante das mudanças atuais no ensino superior contemporâneo. Sem dúvida, os seis artigos que compõem o livro podem servir como material de referência para futuros professores de literatura e língua portuguesa em todos os níveis educacionais no contexto brasileiro, além de profissionais e pesquisadores interessados neste tópico também do exterior.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AQUINO, L. S. O ensino das literaturas africanas e afro-brasileira na matriz curricular do curso de Letras. In: RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas*. Palmas-TO, Brasil: EDUFT, 2018. p. 45-70.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular: Ensino Médio*. Brasília: Secretaria de Educação Básica, Ministério da Educação, 2018.

COSTA, N. M.; DE MELO, M. A. A inserção das literaturas afro-brasileira e africanas nos livros didáticos de Língua Portuguesa para o Ensino Médio. In: RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas*. Palmas-TO, Brasil: EDUFT, 2018. p. 13-43.

DA SILVA, W. M. Momentos formadores na narrativa autobiográfica de um professor das Literaturas Africanas. In: RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas*. Palmas-TO, Brasil: EDUFT, 2018. p. 115-146.

DE OLIVEIRA, G. M. Plurilinguismo no Brasil: repressão e resistência lingüística. *Synergies Brésil*, n. 7, p. 19-26, 2009. Disponível em: <<https://gerflint.fr/Base/Bresil7/gilvan.pdf>>. Acesso em: 10 jun. 2020.

DE SOUSA, R. R.; ANDRADE, K. D. S. A lei 10.639/2003 e a literatura afro-brasileira. In: RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas*. Palmas-TO, Brasil: EDUFT, 2018. p. 147-175.

GALVÃO, N. S.; RAMOS JR, D. V. Histórias de vidas e formação de professores de literatura africana do Campus de Araguaína da UFT. In: RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O*

ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas. Palmas-TO; Brasil: EDUFT, 2018. p. 71-97.

IPHAN. Política da Diversidade Linguística. *Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional*, 2014. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/uploads/ckfinder/arquivos/Tr%C3%AAs%20%C3%ADnguas%20s%C3%A3o%20reconhecidas%20pelo%20Iphan%20como%20Refer%C3%Aancia%20Cultural%20Brasileira-aqui1.pdf>>. Acesso em: 15 jun. 2020.

LACERDA, H. M. N. África imaginada pelos discentes da disciplina de Literatura Africana em língua portuguesa. In: RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O ensino de Literatura africana: textos, sujeitos e práticas*. Palmas-TO, Brasil: EDUFT, 2018. p. 99-113.

PAIVA, C. G. Brasil: nação monolíngue? *Linguasagem*, São Carlos, 11, n. 1, nov/dez 2009. 1-19. Disponível em: <<http://www.linguasagem.ufscar.br/index.php/linguasagem/article/download/590/353>>. Acesso em: 20 jul. 2020.

RAMOS JR, D. V.; DE MELO, M. A. (org.). *O ensino de literatura africana: textos, sujeitos e práticas*. Palmas-TO, Brasil: EDUFT, 2018.

Recebido em 31 de junho de 2020.

Aceito em 23 de fevereiro de 2021.